

## CONSUMO ALIMENTAR NA PERIFERIA DA METRÓPOLE EM FRAGMENTAÇÃO: DIFERENÇAS E DESIGUALDADES EM SÃO PAULO (SP)

Sara Rebello Tavares\*

Gustavo Nagib\*

Maciej John Wojciechowski\*\*

\*Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Presidente Prudente, SP, Brasil

\*\*Instituto Linha D'Água, São Paulo, SP, Brasil

### Resumo

*Analisa-se, neste artigo, desigualdades e diferenças concernentes ao consumo alimentar na metrópole de São Paulo, considerando a lógica socioespacial fragmentária como marco teórico. Focalizando os territórios de Cidade Tiradentes e Pinheiros, considera-se a distribuição desigual de alimentos frescos e minimamente processados em relação às práticas cotidianas de consumo. A pesquisa, de caráter quali-quantitativo e cartográfico, evidencia que a expansão de redes supermercadistas na periferia, embora intensifique a policentralidade, não mitiga a insegurança alimentar, perpetuando a predominância de alimentos ultraprocessados. Observa-se uma maior quantidade, diversidade e qualidade dos estabelecimentos em Pinheiros, enquanto em Cidade Tiradentes há a dependência de formatos como atacarejos, bem como características de desertos alimentares. As narrativas dos cidadãos demonstram como renda, mobilidade e situação geográfica impactam as escolhas alimentares, reforçando as disparidades socioespaciais. Conclui-se que há urgência de políticas públicas que promovam equidade no acesso a alimentos saudáveis, integrando a segurança alimentar ao direito à cidade, destacadamente no atual contexto do processo de fragmentação socioespacial.*

### Palavras-chave

*Desigualdades socioespaciais; Diferenciação socioespacial; Direito à cidade; Espaço metropolitano; Segurança alimentar e nutricional; Desertos alimentares; Sistemas alimentares urbanos.*

**FOOD CONSUMPTION ON THE PERIPHERY OF A  
FRAGMENTED METROPOLIS: DIFFERENCES AND  
INEQUALITIES IN SÃO PAULO (SP)**

*Sara Rebello Tavares\**

*Gustavo Nagib\**

*Maciej John Wojciechowski\*\**

\* Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT), Presidente Prudente, SP, Brasil

\*\* Instituto Linha D'Água, São Paulo, SP, Brasil

Abstract

*The present article analyzes inequalities and differences concerning food consumption in the metropolis of São Paulo, using fragmentary social and spatial logic as its theoretical framework. Focusing on the territories of Cidade Tiradentes and Pinheiros, the unequal distribution of fresh and minimally processed foods is examined in relation to daily consumption practices. The research, which is both quali-quantitative and cartographic in nature, shows that while the expansion of supermarket chains in the periphery intensifies polycentricity, it does not mitigate food insecurity, instead perpetuating the predominance of ultra-processed foods. Establishments in Pinheiros are more numerous, more diverse and higher-quality, whereas in Cidade Tiradentes the population relies on dual distribution (i.e. establishments that act as both wholesalers and retailers), and the area presents food desert features. City dwellers' narratives demonstrate how income, mobility and location impact food choices, reinforcing social and spatial disparities. The article concludes that there is an urgent need for public policies that promote equity in terms of access to healthy food, integrating food security with the right to the city, especially in the current context of social and spatial fragmentation.*

Keywords

*Socio-Spatial Inequalities, Socio-Spatial Differentiation, Right to the City, Metropolitan Space, Food Security and Nutrition; Food Deserts; Urban Food Systems.*

# CONSUMO ALIMENTAR NA PERIFERIA DA METRÓPOLE EM FRAGMENTAÇÃO: DIFERENÇAS E DESIGUALDADES EM SÃO PAULO (SP)<sup>1</sup>

*Sara Rebello Tavares*

*Gustavo Nagib*

*Maciej John Wojciechowski*

## Introdução

A emergência da lógica socioespacial fragmentária (Sposito; Sposito, 2020) resulta na complexificação de formas e conteúdos do espaço urbano (Legroux, 2021), a exemplo das transformações socioespaciais nas periferias da metrópole de São Paulo, não mais explicadas unicamente pela lógica dual centro-periférica que norteou a produção do espaço metropolitano (Kowarick, 1983). Isso implica ir além de representações que reduzem as periferias à monofuncionalidade de bairros-dormitório, já que o contexto atual evidencia a sua heterogeneidade e as diferenças nas condições de vida nelas existentes (Torres; Marques, 2001).

Complementarmente, estruturam-se, nas periferias, subcentros com maior diversidade comercial e de serviços, reduzindo a dependência dos seus habitantes em relação às áreas centrais de São Paulo (Nagib, 2023). Quanto à sua diversidade funcional, inclui-se a abertura de lojas de diferentes redes supermercadistas, que vislumbram a ampliação de seu mercado consumidor e contribuem para a alteração das práticas cotidianas de consumo dos cidadãos. Esse cenário, contudo, não parece levar à superação das desigualdades socioespaciais associadas ao consumo alimentar, incluindo as dificuldades de acesso de sujeitos periféricos a alimentos frescos, *in natura* e minimamente processados, sendo esta uma problemática que ganhou proeminência com a identificação de desertos alimentares nas cidades (Gordon et al., 2011; Duran, 2013; Lima, 2022).

---

1. O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), Brasil. Processo n. 2023/09422-7 e 2022/08290-7.

Neste artigo, nosso objetivo é apresentar uma análise quali-quantitativa e cartográfica acerca do consumo alimentar na cidade de São Paulo, a fim de ampliar a compreensão sobre as transformações nas práticas cotidianas dos habitantes frente ao fato de a lógica socioespacial fragmentária se sobrepor à estruturação espacial centro-periférica. Nesta discussão, buscamos compreender como a fragmentação socioespacial (e alimentar) pode ser analisada a partir da distribuição dos alimentos, do acesso a eles e do comportamento de consumo no que se refere aos estabelecimentos de grandes redes varejistas. Ademais, almejamos ampliar a análise sobre a periferia e a condição urbana periférica (Sposito, 2023) tendo como referência o consumo de alimentos e os tipos de comércio que permitem sua efetivação, comparando-os com dados similares de áreas de classe média e de elite.

Para a realização deste estudo, foram eleitas duas áreas específicas da capital paulista: o território da subprefeitura de Cidade Tiradentes, no extremo leste da cidade, e o território da subprefeitura de Pinheiros, na zona oeste. A escolha por esse recorte territorial se justifica pelos seguintes fatores:

- I. trabalhar com dados e indicadores socioeconômicos disponíveis (IBGE, Ipea e Prefeitura de São Paulo), conjugando-os com dados disponibilizados pela empresa Bnex<sup>2</sup>, responsável pela captação, análise e medição do comportamento de consumo no varejo alimentar brasileiro. Foram mapeados 279.5973 consumidores do varejo alimentar, sendo 84.855 de Cidade Tiradentes e 194.742 de Pinheiros. Esses números correspondem a consumidores identificados em estabelecimentos dos tipos supermercados e hipermercados, atacarejos e minimercados presentes na base de dados da referida empresa;
- II. compreender as práticas de consumo alimentar em transformação sob a lógica socioespacial fragmentária, mobilizando e comparando o par centro-periferia, dado que Pinheiros agrupa os distritos com maiores índices socioeconômicos da capital (Prefeitura de São Paulo, 2022), enquanto Cidade Tiradentes, a 30 km do centro, vincula-se à produção de conjuntos habitacionais populares pela Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (Cohab) nos anos 1970;
- III. Cidade Tiradentes é um dos contextos urbanos analisados pelo projeto de pesquisa do qual resultam as reflexões apresentadas

---

2. Os autores agradecem o compartilhamento de dados pela empresa Bnex, que possibilitou as análises atualizadas do consumo alimentar em Cidade Tiradentes e Pinheiros. Tendo em vista que a Bnex possuía uma ampla base de dados de consumidores de diferentes redes varejistas (atacarejos, supermercados e hipermercados) abrangendo os recortes territoriais usados nesta análise, entramos em contato com a referida empresa e solicitamos o compartilhamento dos dados, que foram gentilmente cedidos, não havendo relação com o projeto FragUrb (mencionado na nota de rodapé n. 4).

3. Para esta análise, todos os dados pertencentes à base cedida pela Bnex foram anonimizados.

neste texto<sup>4</sup>, tendo sido realizadas entrevistas<sup>5</sup> que consideraram diferentes dimensões empíricas – habitação, mobilidade, trabalho, lazer e consumo; neste artigo, focamos na dimensão de consumo e, mais especificamente, no consumo alimentar.

Este artigo se organiza em três seções, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, discutimos a crise alimentar na cidade sob a lógica socioespacial fragmentária, adentrando o debate acerca da (in)segurança alimentar e dos desertos alimentares. Na segunda, abordamos os casos de estudo, com destaque para a sistematização e a análise de dados sobre a oferta e o consumo alimentar. Na terceira, por fim, partimos para a análise qualitativa apoiada nas narrativas dos cidadãos e nas representações cartográficas, contemplando características do consumo alimentar e aspectos da condição urbana periférica a partir da alimentação.

#### 1. Crise alimentar na periferia da cidade em fragmentação

O aprofundamento dos problemas sociais e ambientais nos últimos 50 anos, resultantes de modelos agrícolas propugnados em grande parte pela Revolução Verde, desencadeou significativa base de estudos sobre modelos alternativos de produção e consumo alimentar (Altieri; Toledo, 2011). A contradição entre a superprodução de grãos e as mais de 730 milhões de pessoas que passam fome no mundo (FAO, 2024) evidencia uma crise alimentar global. Se 55% da população mundial vive em áreas urbanas, proporção que deve aumentar para 70% até 2050 (ONU, 2019), podemos dizer que a crise alimentar global é de natureza cada vez mais urbana.

No Brasil, as grandes concentrações urbanas abrigam 124,1 milhões de pessoas (IBGE, 2022). Somando-se ao movimento global, a Nova Agenda Urbana<sup>6</sup> reconhece a necessidade de desenvolvimento urbano e territorial integrado e a centralidade da segurança alimentar e nutricional (SAN) no planejamento das cidades. Porém, observa-se um agravamento da insegurança alimentar em metrópoles brasileiras (Lima, 2022). A fome no Brasil, que estava em retração durante os primeiros quinze

---

4. Projeto temático “Fragmentação socioespacial e urbanização brasileira: escalas, vetores, ritmos, formas e conteúdos” (FragUrb) – processo n. 2018/07701-8, da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

5. Foram entrevistados homens e mulheres de três grupos etários (jovens entre 18 e 30 anos, adultos entre 31 e 65 anos e idosos com mais de 65 anos), aos quais sempre foram atribuídos nomes fictícios, preservando as suas identidades. Todos eles autorizaram a gravação das entrevistas, viabilizando a transcrição de trechos de suas narrativas neste artigo.

6. A Nova Agenda Urbana foi adotada na Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), realizada em Quito (Equador) em 2016. Mais informações estão disponíveis em: <https://habitat3.org> (acesso em: 12 abr. 2024).

anos do século XXI, voltou a ser preocupante, com o total de brasileiros em situação de fome tendo chegado a 33,1 milhões em 2022 (Rede Penssan, 2022).

Nesse contexto, as periferias urbanas estão entre as áreas de maior atenção quanto à insegurança alimentar, sendo esse um quadro de crise que se atrela à oferta de alimentos frescos e saudáveis a preço acessível e à consequente alteração das práticas de consumo alimentar dos sujeitos periféricos, mais dependentes da distribuição espacial e da disponibilidade de alimentos ofertados pelos tipos de mercado que lhes são de mais fácil acesso.

Nas últimas décadas, por sua vez, tem se expandido o debate teórico-conceitual sobre a fragmentação socioespacial, reconhecendo-se uma sobreposição de processos àqueles outrora associados à lógica centro-periférica, resultando em novas dinâmicas urbanas no contexto latino-americano (Santos, 1990; Prévôt-Schapira, 2001; Sposito; Sposito, 2020). Entre os indicativos da lógica socioespacial fragmentária estão transformações nas áreas de expansão urbana referentes à diversificação dos *habitats* e à policentralidade, associadas à proliferação de espaços privados e fechados de consumo e lazer. Nas periferias de São Paulo, identifica-se a expansão e a complexificação das atividades comerciais e de serviços, frente às demandas por consumo e à busca por oportunidades de trabalho e renda pelos cidadãos que nelas residem (Nagib, 2023).

Desse modo, alterações nas práticas de consumo alimentar se inter-relacionam com os novos modos de (re)produção do espaço urbano, uma vez que a estruturação de subcentros revela a expansão de redes supermercadistas nas periferias, reconfigurando os locais, a frequência e o tipo de consumo dos moradores. Contrastam-se, assim, aspectos da suposta ampliação ou facilitação da oferta de alimentos nas periferias com a qualidade nutricional daqueles que estão sendo predominantemente comercializados em grandes redes varejistas.

### *1.1. Sobre (in)segurança alimentar e desertos alimentares*

A questão da (in)segurança alimentar no contexto urbano brasileiro é fortemente impactada pela lógica de produção do espaço, bem como pela mercantilização e capitalização dos alimentos. A fome manifesta diferentes tipologias e conotações territoriais, e é por isso que, desde os primeiros estudos sobre a temática, a análise do tema foi desmembrada em áreas urbanas, metropolitanas e rurais (Castro, 1946). Logo, deve-se considerar o ambiente alimentar urbano como o “conjunto de aspectos físicos (disponibilidade, qualidade e promoção), econômicos (custo), políticos (legislações) e socioculturais, que são influências nas escolhas alimentares e no estado nutricional dos indivíduos” (Honório, 2020, p. 16).

Estabelecendo relação entre o referido contexto alimentar urbano e a teoria crítica urbana, locais tradicionalmente compreendidos como não urbanos também passam a fazer parte dessa área, tais como vilarejos rurais e zonas periurbanas de regiões metropolitanas. Essa leitura é fundamental para superar a dicotomia centro-periférica e a antagonista relação entre o urbano e o rural. Portanto, as transformações em curso apresentam relações com o desenvolvimento das cidades e com as dimensões da desigualdade socioeconômica, da pobreza e da fome (Brenner, 2018).

Nesse sentido, a análise sobre os desertos alimentares – conceito analítico emprestado da literatura internacional e (res)significado a partir da materialização da questão urbana brasileira –, quando fundamentada na teoria urbana crítica, posiciona a discussão na condição fractal do território. Entendemos, assim, que a análise se volta a um processo de práticas espaciais que integram as condicionantes do complexo agroindustrial hegemônico e a segregação urbana. Trata-se da “venda casada” do capitalismo contemporâneo (Harvey, 2016), na qual o ambiente alimentar urbano se associa a uma multiplicidade de centralidades da qual a realidade urbana depende.

A conceituação de desertos alimentares data da década de 1990, em países do norte global, relacionando-se ao impacto negativo sobre a segurança alimentar da população urbana causado pelo processo de concentração e verticalização das cadeias alimentares corporativas, o que levou à instalação estratégica de hipermercados e à conseqüente morte súbita de quitandas e pequenos mercados até então espalhadas nos centros históricos e nas periferias das cidades (Lima, 2022). A concentração dos pontos de venda de alimentos *in natura* distante dos bairros mais pobres resultava na desigualdade de acesso a alimentos saudáveis, com progressiva modificação dos hábitos de consumo e forte impacto na saúde nutricional da população. Desde então, o termo “deserto alimentar” tem sido utilizado para descrever áreas urbanas populosas onde os moradores não têm acesso a uma alimentação saudável (Beaulac; Kristjansson; Cummins, 2009).

Trabalhos mais recentes têm apresentado uma crescente aplicação desse arcabouço para cidades do sul global, considerando os limites e as potencialidades da transposição conceitual. Entre os limites, Battersby (2019) apresentou a singularidade dos circuitos alimentares em periferias de cidades africanas, apontando para a necessária inclusão de análises das redes informais que abastecem os moradores com alimentos *in natura*. Paralelamente, reconhece-se que até mesmo essas redes alimentares são muitas vezes tomadas por alimentos ultraprocessados, levando à adoção do conceito de “pântano alimentar”, em referência tanto à multiplicidade de ofertas quanto à erosão dos circuitos alimentares informais pela crescente presença de alimentos menos saudáveis.

Já no contexto latino-americano, mais especificamente mexicano, González-Alejo, Frejomil e Rosales-Tapia (2019) relacionam os desertos alimentares tanto às restrições econômicas quanto ao tempo de deslocamento a partir de bairros periféricos, que impossibilitam a ida dos cidadãos até os principais centros de consumo alimentar. Tais autores igualmente ressaltam que o conceito de pântano alimentar pode ser o mais indicado quando se busca associar as precárias condições de mobilidade urbana dos estratos sociais de mais baixa renda à modificação de seus hábitos de compra e de sua dieta alimentar, que resultam, entre essa parcela da população, na prevalência de casos de obesidade devido à maior facilidade de acesso a alimentos calóricos em detrimento dos saudáveis.

No contexto brasileiro, alguns autores sugerem agregar à questão do acesso variáveis como hábito de consumo, desinformação, renda, tempo e distância (Duran, 2013; Carnáuba, 2018). A definição de deserto alimentar foi ganhando, enfim, dimensões mais analíticas, buscando definir os parâmetros socioespaciais que poderiam determinar ou identificar sua escala e alcance (Quadro 1). Conforme Lima (2022, p. 25):

Os desertos alimentares são fenômenos urbanos físicos, produzidos por fatores também urbanos, tais como o tipo de ocupação, o desenho espacial das cidades, suas redes de transporte, de infraestrutura viária e condições de habitação. Além das dimensões físicas, há também as dimensões sociais, econômicas e culturais, como o modo de produção de alimentos, distribuição e comercialização (Bueno, 2020). Portanto, compreender a localização, extensão, elementos conformadores e características dos desertos alimentares é um primeiro passo para o enfrentamento desse problema.

Em 2018, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional (Caisan) realizou o estudo técnico “Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil”, que teve por objetivo desenvolver uma metodologia para possibilitar a identificação dos desertos alimentares, considerando as especificidades nacionais. Nele, os desertos alimentares foram conceituados como territórios onde o acesso aos alimentos saudáveis é limitado (MDS, 2018). Ademais, o estudo apresentou três categorias de estabelecimentos conforme características do consumo: estabelecimentos de aquisição de alimentos *in natura*, estabelecimentos de aquisição de alimentos ultraprocessados e estabelecimento mistos.

Autor(es)	Localização	Definição dos parâmetros espaciais e sociodemográficos
Gordon et al., 2011	Estados Unidos (Nova York)	Considera o tipo de estabelecimento (supermercados, armazéns saudáveis e restaurantes de <i>fast food</i> ), a distância e a quantidade de estabelecimentos em um raio de 400 m.
USDA, 2009	Estados Unidos (política nacional)	Considera critérios de baixa renda e baixo acesso: 1) taxa de pobreza maior ou igual a 20% ou mediana da renda familiar inferior a 80% da mediana de renda familiar em nível estadual (meio rural ou urbano) ou na área metropolitana (meio urbano); e 2) pelo menos 500 pessoas, ou 33% da população, localizada a mais de 1 milha (meio urbano) ou 10 milhas (meio rural) de um supermercado.
CDC, 2011	Estados Unidos (geral)	Cálculo do índice modificado de varejo no ambiente alimentar ( <i>modified Retail Food Environment Index</i> – mRFEI), que divide o número de estabelecimentos saudáveis pelo somatório dos estabelecimentos saudáveis e não saudáveis multiplicado por 100. Os estabelecimentos considerados não saudáveis são restaurantes de <i>fast food</i> , pequenas mercearias e lojas de conveniências.
Luan; Law; Quick, 2015	Canadá (Waterloo)	Classificação dos estabelecimentos em duas categorias: 1) saudáveis (supermercados e hipermercados); e 2) não saudáveis (lojas de conveniência e restaurantes de <i>fast food</i> ). Calcula-se o mRFEI considerando uma distância de 4 km e um trajeto de 5 minutos de carro (meio de transporte mais utilizado pela população estudada) do centroide do setor censitário em determinada área.
Honório, 2020	Brasil (Belo Horizonte)	Considera setores censitários e áreas circulares de 400, 800 e 4.000 m. Variáveis: renda, número de domicílios, população, alfabetização, raça/etnia, disponibilidade de serviços essenciais e Índice de Vulnerabilidade da Saúde (IVS). Classificação dos estabelecimentos da seguinte forma: 1) comercializam predominantemente alimentos <i>in natura</i> ; 2) comercializam predominantemente alimentos ultraprocessados; e 3) estabelecimentos mistos.
Lima, 2022	Brasil (Curitiba)	Aplicação do modelo da Caisan, descrito nos próximos parágrafos desta seção.

Quadro 1. Indicadores balizadores de deserto alimentar

Fonte: Elaborado com base em Lima (2022).

Diversas pesquisas, principalmente na América Anglo-Saxônica, apontam a relação entre a existência de desertos alimentares, raça/etnia e áreas de menor renda, revelando correlação direta com a segregação urbana (Beaulac; Kristjansson; Cummins, 2009). No contexto das cidades brasileiras, a diferenciação socioespacial ainda incorpora múltiplas variáveis da vulnerabilidade socioeconômica, sendo previsível a existência de desertos alimentares coincidir com tais características presentes nos espaços urbanos (Lima, 2022; Honório, 2020) ou as características do consumo alimentar nas periferias se articularem com práticas de consumo que reforçam a diferenciação alimentar e corroboram o processo de fragmentação socioespacial.

## 2. Diferenças e desigualdades na oferta e no consumo alimentar: os casos de Cidade Tiradentes e Pinheiros

O processo de produção do espaço urbano caracterizado pela “expansão de periferias” (Jacobi, 2000) ocorreu, na metrópole de São Paulo, em acentuado crescimento horizontal do tecido urbano, em elevado grau de segregação (Caldeira, 2000) e em descompasso com o provimento e a garantia de infraestruturas e serviços básicos às periferias, a exemplo do alcance limitado de políticas e programas públicos de habitação social e dos loteamentos caracterizados pela autoconstrução (Rolnik, 2014).

Adicionalmente, o Censo de 1991 apontou que os maiores índices de crescimento demográfico na capital paulista ocorreram nas áreas periféricas, em contraposição a uma perda populacional nas áreas centrais (IBGE, 1992). Esse cenário, portanto, já sinalizava que haveria indicativos do processo de estruturação de “hiperperiferias”, com distintos níveis de desigualdade e precariedade entre as periferias e dentro delas (Torres; Marques, 2001), tal como é o caso de Cidade Tiradentes, no extremo leste de São Paulo.

O referido distrito, que na atual divisão político-administrativa e territorial do município também é uma das 32 subprefeituras de São Paulo, situa-se a 30 km do centro da cidade e foi o local escolhido, na década de 1970, para a implantação de 40 mil unidades de habitação popular, a maioria delas construída nos anos 1980 pela Cohab e pela Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo (CDHU), configurando-se no maior complexo de conjuntos habitacionais da América Latina (Prefeitura de São Paulo, 2023a). Atualmente, Cidade Tiradentes possui 24 bairros<sup>7</sup> e uma população de 194.177 habitantes, sendo caracterizada por uma alta densidade demográfica, com 12.945 hab./km<sup>2</sup> (IBGE, 2022). A média de pessoas por domicílio alcançou a taxa de 2,87, considerando-se 76.047 domicílios. Nesse distrito, cerca de 32 mil pessoas (11.100 famílias) se encontravam em situação de alta vulnerabilidade social<sup>8</sup> (IPEA, 2017).

Os dados de Cidade Tiradentes são bastante diferentes daqueles registrados no território da subprefeitura de Pinheiros, situado no “setor sudoeste” da cidade e parte do centro expandido de São Paulo, foco de maior interesse do capital e cujos bairros possuem ampla oferta de comércio e serviços. Quatro distritos compõem

---

7. A lista completa dos bairros pode ser verificada em: PREFEITURA DE SÃO PAULO. Dados de Cidade Tiradentes. 2012. Disponível em: [https://capital.sp.gov.br/web/cidade\\_tiradentes/w/noticias/32779](https://capital.sp.gov.br/web/cidade_tiradentes/w/noticias/32779). Acesso em: 18 dez. 2024.

8. O Índice de Vulnerabilidade Social (IVS) é expresso numa escala entre 0 e 1, no qual 0 corresponde à situação ideal (nenhuma vulnerabilidade) e 1, à pior situação (vulnerabilidade absoluta). Para mais informações, consultar: <http://ivs.ipea.gov.br>. Acesso em: 25 out. 2024.

o território da subprefeitura de Pinheiros – Alto de Pinheiros, Pinheiros, Jardim Paulista e Itaim Bibi –, totalizando 285.815 habitantes e com uma densidade demográfica de 8.931 hab./km<sup>2</sup>. A média de pessoas por domicílio alcançou a taxa de 2,14, considerando-se 169.125 domicílios (IBGE, 2022). Em Pinheiros, não há quantitativo populacional que reflita alta vulnerabilidade social (Tabela 1).

Subprefeitura	População	Densidade populacional*	Domicílios particulares**	Média de moradores em domicílios particulares ocupados***	IVS
Cidade Tiradentes	194.177	12.945	76.047	2,87	0,43
Pinheiros	285.815	8.931	169.125	2,14	0,09

**Tabela 1. Dados demográficos de Cidade Tiradentes e Pinheiros**

Nota: \*A área da subprefeitura de Cidade Tiradentes é de 15 km<sup>2</sup> e a da subprefeitura de Pinheiros é de 32 km<sup>2</sup> (Prefeitura de São Paulo, 2024), números que foram utilizados no cálculo da densidade demográfica; \*\*Domicílio particular é a moradia onde o relacionamento entre seus ocupantes é ditado por laços de parentesco, de dependência doméstica ou por normas de convivência; \*\*\*Domicílio particular ocupado é o domicílio particular permanente que, na data de referência, estava ocupado por moradores e no qual foi realizada a entrevista do Censo 2022.

Fonte: IBGE, 2022; IPEA, 2017.

Para averiguar as condições de vida dos habitantes de ambos os territórios, também consideramos os dados de renda média domiciliar, úteis nas análises de consumo alimentar, já que o consumo mensal de alimentos é realizado por domicílio. A renda média domiciliar em Cidade Tiradentes, segundo o Censo 2010 (IBGE, 2010) e atualizada conforme o valor do salário-mínimo de 2023,<sup>9</sup> corresponde a R\$ 2.962,53, enquanto a de Pinheiros corresponde a R\$ 20.731,48.

A distribuição de rendimentos também é bastante desigual entre os referidos territórios. Na estratificação dos domicílios por faixa de renda, Cidade Tiradentes apresenta 90% de domicílios na faixa de 2 a 5 salários mínimos e 10% de domicílios na faixa de até 2 salários mínimos. Por outro lado, Pinheiros não apresenta domicílios em baixas faixas de renda. Respectivamente, 8%, 52% e 39% do total de domicílios são classificados nas faixas de 5 a 10 salários mínimos, de 10 a 20 salários mínimos e acima de 20 salários mínimos (Gráfico 1).

---

9. O salário mínimo no estado de São Paulo, em 2023, era de R\$ 1.320.

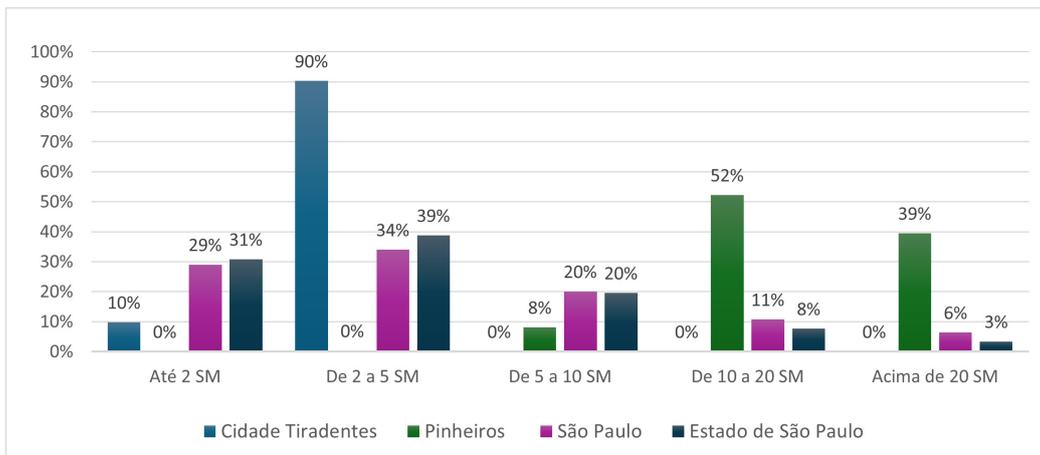


Gráfico 1. Domicílios segundo a renda média

Fonte: IBGE, 2010; 2022.<sup>10</sup>

Tendo em vista que as desigualdades de riqueza são determinantes para assegurar o direito à alimentação (ONU, 2024), chama a atenção o fato de a média de renda domiciliar em Cidade Tiradentes ser sete vezes menor do que a de Pinheiros, atrelada ao fato de a média de moradores por domicílio ser maior. Essa diferença na estratificação de renda por faixa salarial se torna ainda mais relevante quando analisamos a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos no que diz respeito à alimentação. Para isso, recorreremos à Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) 2017-2018 (IBGE, 2020), que disponibilizou informações sobre a composição dos orçamentos domésticos, as condições de vida e o perfil nutricional da população brasileira (IBGE, 2020). No entanto, como a POF possui abrangência nacional, recorreremos, conjuntamente, aos dados disponibilizados pela empresa Bnex referentes a Pinheiros e Cidade Tiradentes. Assim, foi possível verificar que o gasto médio domiciliar para o consumo no varejo alimentar em Cidade Tiradentes correspondeu a R\$ 616,03, sendo 3,4 vezes menor àquele verificado em Pinheiros, correspondente a R\$ 2.117,64, o que pode ser constatado considerando-se as diferentes faixas de renda (salários mínimos – SM) na Tabela 2.

10. Para a participação da renda média por domicílio, foram usadas as estratificações de renda por setor censitário do Censo de 2010, aplicadas ao quantitativo de domicílios por setor censitário do Censo de 2022.

Distrito/ Categoria	Até 2 SM	De 2 a 5 SM	De 5 a 10 SM	De 10 a 20 SM	Acima de 20 SM	Gasto médio domiciliar
Cidade Tiradentes	492,11	739,95	0	0	0	616,03
Pinheiros	0	0	1.407,41	2.244,15	2.701,37	2.117,64

Tabela 2. Gasto médio domiciliar no varejo alimentar em Cidade Tiradentes e Pinheiros (R\$)

Fonte: IBGE, 2020; Bnex.

A diferença de gasto médio entre os territórios pesquisados é acompanhada pela participação da despesa nas categorias de produtos presentes no varejo alimentar. Na comparação com os dados dos habitantes de Pinheiros, as categorias de mercearia básica (arroz, feijão, farinhas, feculentos, óleos e massas) e açougue (carnes e aves) – compostas por alimentos classificados como *in natura* ou minimamente processados –, bem como as de frios (alimentos embutidos), mercearia doce (biscoitos, chocolates e doces em geral) e panificados (pães, bolos, ingredientes culinários e produtos de fabricação própria) – considerados como alimentos processados ou ultraprocessados –, representam maior participação de consumo entre os moradores de Cidade Tiradentes. Em Pinheiros, por sua vez, há maior participação de consumo de perecíveis (laticínios em geral) e bebidas e infusões (bebidas alcoólicas e não alcoólicas), considerados alimentos processados ou ultraprocessados. Por outro lado, categorias como hortifrúti (frutas, verduras, hortaliças e leguminosas) e saudabilidade e naturais (produtos *diet*, *light*, cereais e castanhas em geral) estão entre os alimentos *in natura* que possuem maior participação na composição de despesa dos referidos consumidores (Tabela 3).

Categoria	Cidade Tiradentes	Pinheiros
Mercearia básica	34,75	33,31
Perecíveis	16,07	19,3
Açougue	10,76	8,19
Bebidas	8,46	12,9
Hortifrúti	5,55	7,15
Frios	3,36	1,39
Mercearia doce	2,08	0,73
Padaria	1,15	0,3
Saudabilidade e naturais	0,18	0,22
Outros: perfumaria e limpeza	17,64	16,51
Total	100%	100%

Tabela 3. Participação (%) do consumo por categorias em Cidade Tiradentes e Pinheiros

Fonte: IBGE, 2020; Bnex.

É necessário ponderar que a participação das despesas nas categorias de produtos alimentícios dos consumidores de Cidade Tiradentes e de Pinheiros é representativa para compras em mercados (supermercados, hipermercados e atacarejos). Entre consumidores de alta renda, parte da despesa com alimentos ocorre em lojas especializadas de produtos *premium* ou *gourmet*<sup>11</sup> nos segmentos de açaogue, hortifrúti e produtos naturais ou orgânicos. Dessa forma, a diferença da parcela das despesas com alimentos e produtos naturais, geralmente os menos processados e considerados mais saudáveis, seria ainda maior na participação de consumo por categoria entre as áreas analisadas.

Essa tendência é sustentada, sobretudo, por uma mudança nos hábitos alimentares da população, devido a preocupações com saúde, qualidade de vida e bem-estar, resultado do maior acesso à informação e cuidados depois da pandemia de covid-19. Contudo, nem por toda a população a segue, pois ela geralmente é mais acessível às camadas de maior poder aquisitivo, diante dos custos envolvidos nessa transição alimentar (Ruiz-Roso et al., 2020).

Além do conjunto de variáveis sociodemográficas e de renda, a questão alimentar passa pela distribuição e localização dos estabelecimentos no espaço urbano. Segundo Miyazaki (2022, p. 208):

A diferenciação e a desigualdade presentes nas cidades geram uma complexa configuração de interações espaciais mediadas pelo consumo [...]. Essas interações são intensas, frequentes e necessárias, principalmente quando consideramos o consumo de determinados produtos, como os alimentos e de abastecimento doméstico em geral, por exemplo. Isto porque, dentre todas as modalidades de consumo, o alimentar demanda práticas cotidianas e se constitui como o mais complexo, dada a peculiaridade na distribuição e perecibilidade de alguns produtos, assim como a diversidade na oferta e formas de comercialização.

No que se refere às feiras livres, que se destacam pela oferta de alimentos *in natura* ou minimamente processados, das 955 existentes em São Paulo, 16 ocorrem em Cidade Tiradentes, distribuídas em cinco dias da semana, enquanto em Pinheiros há 30 – sendo que uma delas é categorizada como “orgânica” (apenas produtos obtidos de maneira natural, livre de agrotóxicos, fertilizantes químicos e transgênicos) –, em seis dias da semana (Prefeitura de São Paulo, 2023b). Em Cidade Tiradentes, há 12,1 mil habitantes por feira livre, ao passo que em Pinheiros

---

11. *Premium* e *gourmet* são terminologias comerciais e de marketing atreladas a produtos que geralmente são melhores em qualidade e, portanto, comercializados a preços mais elevados que a média, apresentando, assim, maior valor agregado em relação aos mesmos tipos de produtos vendidos a preços mais baixos.

a relação é de 9,5 mil habitantes por feira. Chama-se atenção para o fato de que o território periférico, de maior densidade populacional e mais baixa renda, possuía menos pontos de feira livre.

Conforme a base de dados disponibilizados pela Bnex, em 2023, considerando os pontos de venda do varejo referentes à alimentação domiciliar e com mais de 200 m<sup>2</sup> de área de vendas,<sup>12</sup> em Cidade Tiradentes foram contabilizados 18 estabelecimentos, sendo dois deles localizados na Avenida Jacu-Pêssego, importante via de acesso ao referido território. Em Pinheiros, em contrapartida, foram mapeados 85 estabelecimentos.

Nesse levantamento, deve-se levar em consideração a diversificação dos estabelecimentos. Gomes (2022, p. 103) aponta que a estruturação multiformato é a de maior importância atualmente, e “a diversificação tipológica<sup>13</sup> é uma tentativa de acompanhar a segmentação da clientela conforme o tipo de compra desejado, fator este relacionado às necessidades do consumidor, aos gastos a serem empregados no processo de compra e em decorrência do tempo disponível”.

Quanto aos tipos de estabelecimentos, a maior diferença ocorre no formato atacarejo, de que Cidade Tiradentes possui cinco unidades (Assaí, Atacadão, Vencedor, Roldão e Bem Barato), ao passo que Pinheiros tem apenas uma (Assaí). Apesar de bem servido de estabelecimentos do tipo atacarejo, Cidade Tiradentes não apresentou redes de supermercados especializados na comercialização de frutas, verduras e legumes frescos, segmento responsável pela maior oferta de produtos *in natura* e, por isso, associados à saúde e ao bem-estar. Já em Pinheiros, foram mapeadas três unidades do Oba Hortifruti, duas do Sacolão São Jorge e uma do Sítio Verde, além de duas unidades do Mambo (caracterizado como supermercado *premium* e focado em produtos da linha de orgânicos e saudáveis) e uma do Super Saudável. São esses tipos de estabelecimento que diferenciam o varejo alimentar e ampliam o acesso a alimentos frescos e minimamente processados em Pinheiros, em contraste com o que ocorre em Cidade Tiradentes (Gráfico 2).

---

12. Aqui, trata-se da área de venda de produtos alimentícios do tipo autosserviço e balcões de atendimento de acesso direto ao consumidor final.

13. Diversificação tipológica se refere à variedade e à complexidade estrutural dos mercados, considerando não apenas os tipos de produtos e serviços oferecidos, mas também a organização espacial, as redes de distribuição e as formas como os atores econômicos se conectam e interagem com o entorno de sua localização.

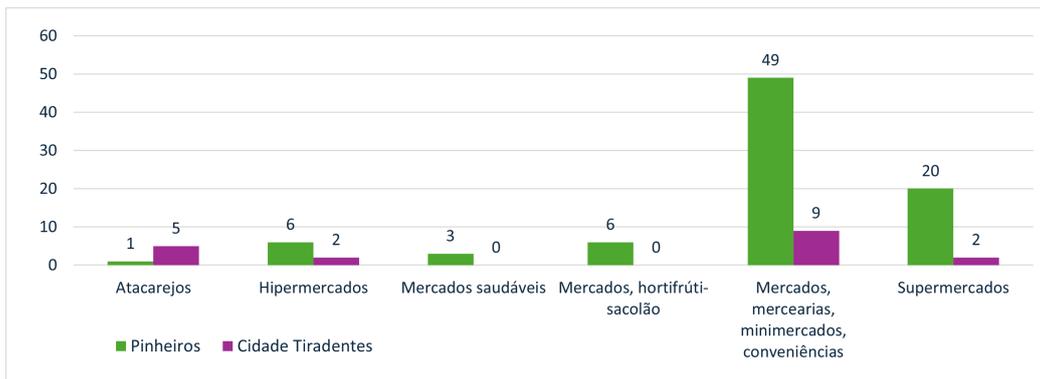


Gráfico 2. Tipos de estabelecimento do varejo alimentar em Cidade Tiradentes e Pinheiros

Fonte: Bnex.

A quantidade de pontos de venda do varejo alimentar do tipo supermercado/hipermercado e atacarejo (comércios específicos de produtos alimentícios do consumo cotidiano) é 4,72 menor em Cidade Tiradentes na comparação com Pinheiros. A escolha locacional do ponto de venda dificilmente ocorre nos bairros periféricos, já que estes ou representam um ambiente de encolhimento do consumo ou um ambiente de restrição do consumo diversificado (Miyazaki, 2022). Não apenas a quantidade de estabelecimentos é menor na periferia analisada, mas eles também apresentam menos diversidade, pois a segmentação desses pontos de venda por características de *mix* de produtos<sup>14</sup> e serviços resulta em acesso a maior variedade de produtos, com destaque para aqueles do grupo *in natura* e saudáveis.

Muito embora essa análise esteja focada na distribuição desigual de grandes redes varejistas pela cidade, é importante salientar que, nas periferias urbanas, pequenos mercados familiares também desempenham um papel importante na oferta de alimentos. Muitas vezes de administração familiar, eles são uma forma de sustento local e representam um ponto de resistência em meio ao domínio dos varejistas de grande porte. Apesar de sua importância ao oferecerem uma alternativa acessível e próxima para a compra de alimentos, esses estabelecimentos comercializam, em sua maioria, ultraprocessados – alimentos industrializados, ricos em açúcar, sódio, gorduras saturadas e aditivos (Justiniano et al., 2022). Esses produtos costumam ser mais baratos e possuem vida útil mais longa, facilitando a sua comercialização em áreas onde a infraestrutura de armazenamento e logística é limitada (Popkin; Reardon, 2018).

14. *Mix* de produtos, no varejo, refere-se ao conjunto e à variedade de produtos que uma empresa oferece aos seus clientes, sendo uma forma de aumentar a oferta da loja para atender a um número maior de consumidores, com desejos e necessidades variados.

O consumo regular de ultraprocessados, no entanto, está associado a diversos problemas de saúde, como obesidade, diabetes, doenças cardiovasculares e outros males que são levados em consideração quando se atenta para quadros de insegurança alimentar e nutricional (Duran, 2013; Popkin; Reardon, 2018). Esse cenário se relaciona à dupla penalização da população periférica: pela dificuldade de acesso a alimentos de qualidade e pelo impacto direto disso em sua saúde. Uma das contradições do capitalismo alimentar diz respeito à prática de direcionar produtos de baixa qualidade ou de baixo consumo para os mercados periféricos, firmando, assim, o processo de fragmentação socioespacial.

### 3. O consumo alimentar na cidade em fragmentação a partir das narrativas dos cidadãos

A partir de uma abordagem qualitativa, buscou-se apreender, da fala dos entrevistados, características gerais sobre o consumo alimentar em relação ao perfil socioeconômico, à escolha dos supermercados onde realizam suas compras e a questões como acesso, locomoção e mobilidade, tendo suas características socioeconômicas e suas condições de mobilidade sido transcritas em notas de rodapé, a fim de clarificar a análise desenvolvida. A relação entre o perfil socioeconômico do consumidor, o estabelecimento escolhido para as compras e o deslocamento realizado revela não apenas a prática de consumo, mas “os nós da atividade mais difundida e de maior influência na escala do espaço urbano” (Gomes, 2022, p. 102).

Um primeiro aspecto evidenciado pelas narrativas dos cidadãos concerne à escolha do estabelecimento em que realizam suas compras, geralmente associada ao perfil socioeconômico. Habitantes com rendas até dois salários mínimos recorrem ao atacarejo, afirmando que nele encontram preços mais acessíveis:

[Meu pai] [...] costuma ir no atacadão aqui próximo de casa, que tem o Roldão, tem o Vencedor, outro atacadista aqui, e tem o próprio nome de Atacadão, mais para Itaquera, que as coisas são muito mais baratas e eles costumam fazer uma compra do mês, assim, até para mais de mês, por ser mais barato lá do que esses atacadistas aqui próximos, eles costumam fazer a compra do mês por lá, até para dois, três meses.<sup>15</sup>

[Entrevistador] Vai ao sacolão?

[Entrevistado] Não, nós não vamos, muito raro.<sup>16</sup>

---

15. João Vitor, 16 anos, estudante. Reside em Cidade Tiradentes com os pais e se locomove preferencialmente usando o transporte coletivo. Declarou renda familiar mensal de 1,5 a 2 salários mínimos, advinda do pequeno comércio administrado pelo pai na garagem da própria residência. Entrevista concedida em 20 ago. 2020.

16. Renan, 44 anos, motorista de ônibus, atualmente desempregado, estudou até a 7ª série (atual 8º ano) do Ensino Fundamental. Reside há 30 anos em Cidade Tiradentes e há 4 anos na ocupação Benfica.

[Vou] aqui no atacadista Roldão [...], geralmente eu vou com carrinho de feira de pé.<sup>17</sup>

Quando eu vejo que estou com dinheiro suficiente para comprar, aí vou para o Atacadão, e lá eu compro tudo que eu preciso. [...] Fica mais ou menos perto de Itaquera. [...] Tem que pegar ônibus, aí eu vou, vou de ônibus, e na volta eu venho de Uber.<sup>18</sup>

Aos sujeitos periféricos, portanto, é limitada a diversificação quanto à escolha do tipo de canal de varejo alimentar no qual realizam suas compras. Isso decorre, além do fato de os atacarejos estarem mais presentes no território, como visto na seção anterior, e de terem preços mais acessíveis, da restrição de renda por instabilidade empregatícia ou das condições de trabalho informal, fatores que aprofundam a insegurança alimentar. Por outro lado, habitantes da periferia que auferem rendas mais elevadas apresentam escolhas locacionais mais diversificadas para as suas compras:

As feiras do bairro eu frequento... minha mãe compra no Extra que tem aqui [em frente ao terminal de ônibus de Cidade Tiradentes]. [...] Quando não é no Extra, é no Negreiros, e também tem os mercados pequenos que ficam ao redor [...].<sup>19</sup>

[...] Extra e um mercado chamado Negreiros, que não sei se tem em outros lugares, e um supermercado Dia [...]. Aqui também tem uns açougues grandes, que a gente compra, tem mercadinhos pequenos na minha esquina ou final da próxima rua, que é onde compramos o pão, ou o que falta, rápido né, a gente vai e busca... Está com a comida no fogo, percebi que faltou, sei lá, fermento para o bolo, corre lá e busca. Esses mercadinhos pequenos dão mais suporte [...].<sup>20</sup>

Esse perfil de cidadão envolveu diferentes tipos de comércio alimentício. Mesmo sem deixar de ir aos maiores supermercados/hipermercados, destacou-se o uso dos comércios de proximidade e demais segmentos do varejo alimentar bem

---

Declarou renda familiar mensal de 1,5 salário mínimo, advinda de atividades como pedreiro. Entrevista concedida em 11 nov. 2022.

17. Izilda, 31 anos, desempregada. Reside há 4 anos na ocupação Padre Cícero, em Cidade Tiradentes. Estudou até a 5ª série (atual 6º ano) do Ensino Fundamental e declarou renda familiar mensal menor que meio salário mínimo. Locomove-se preferencialmente a pé por conta da demora na frequência dos ônibus e do custo da passagem. Entrevista concedida em 11 dez. 2021.

18. Maria Odete, 66 anos, recebe uma aposentadoria de 1,5 salário mínimo. Reside em um dos conjuntos da Cohab de Cidade Tiradentes há mais de 20 anos. Locomove-se preferencialmente a pé, fazendo uso de aplicativos de transporte de passageiros quando necessário. Entrevista concedida em 4 mar. 2021.

19. Ludmila, 47 anos, jornalista e biógrafa. Reside em Cidade Tiradentes há 35 anos. Possui carro próprio e declarou renda familiar mensal entre 4 e 5 salários mínimos. Entrevista concedida em 30 jul. 2020.

20. Adriana, 21 anos, cursa Pedagogia e faz estágio na área. Reside em Cidade Tiradentes desde que nasceu. Declarou renda familiar mensal entre 4 e 5 salários mínimos. Entrevista concedida em 28 ago. 2020.

como a frequência com que foram utilizados. Consideramos, para fins de comparação, as práticas cotidianas de consumo alimentar de sujeitos não periféricos. Estes, de renda mais elevada, geralmente não optam pelo consumo em mercados do tipo atacarejo. Sua preferência é por estabelecimentos que ofereçam variedade e produtos de melhor qualidade, evidenciando a multiplicidade de pontos de venda em sua vizinhança:

É tudo perto de casa, eu vou ao lugar mais perto que tem. Como eu não gasto muito dinheiro em muita coisa, quando eu vou fazer compra, eu gosto de comprar aquilo que eu quero, não o mais barato, eu sou ainda uma privilegiada, porque eu tenho ainda condições de optar pelo que eu vou comprar, mas é tudo perto de casa, Pão de Açúcar e Mambo.<sup>21</sup>

[...] Aqui na região mesmo, não compra do mês, mas compra semanal, no Pão de Açúcar. E, às vezes, a gente usa muito o Carrefour Express... Faltou uma coisa em casa, um produto, então a gente usa o Carrefour Express. [...] É o Pão de Açúcar que fica na Alameda Santos, entre a [Rua] Augusta e a [Rua] Padre João Manoel.<sup>22</sup>

Quanto maior a restrição de renda e menor o poder aquisitivo, o que evidencia aspectos da condição urbana periférica (haja vista João Vitor e Renan, que declararam renda menor que dois salários mínimos, advinda de trabalhos informais), mais provável é que as compras de abastecimento alimentar doméstico sejam realizadas no formato atacarejo, dada a maior probabilidade de encontrar preços menores, na comparação com supermercados, feiras e sacolões. Já os cidadãos de maior poder aquisitivo, geralmente com Ensino Superior completo ou situação econômica mais estável, sejam aposentados ou com trabalho formal, realizam suas compras em diferentes tipos de estabelecimentos, como atacarejos, supermercados/ hipermercados e comércios menores de proximidade (os quais geralmente praticam preços mais elevados na revenda), ou fizeram menção a feiras livres, a exemplo das entrevistadas Ludmila e Adriana. Aqueles que residem no território da subprefeitura de Pinheiros, por sua vez, declararam realizar suas compras alimentícias cotidianas preferencialmente em supermercados premium, como é o caso do Pão de Açúcar, do Mambo e do Carrefour Express, tal como relataram Flávia e Cleber.

---

21. Flávia, 70 anos, servidora pública aposentada. Reside em Pinheiros e possui Ensino Superior completo. Declarou renda familiar mensal acima de 7 salários mínimos. Entrevista concedida em 27 mar. 2023.

22. Cleber, 31 anos, analista financeiro. Reside no Jardim Paulista e possui Ensino Superior completo e MBA. Declarou renda familiar mensal de 14 a 15 salários mínimos. Entrevista concedida em 30 mar. 2023.

Utilizando os trechos das entrevistas citados anteriormente, também é possível correlacionar as práticas de consumo com a questão da mobilidade (Figuras 1 e 2), revelando seu caráter desigual em termos socioespaciais. Quanto a isso, os sujeitos periféricos possuem maior dificuldade de acesso aos diferentes tipos de mercado de alimentos, tanto pelo preço dos produtos quanto pelas condições do transporte coletivo, sobretudo no que se refere à frequência de circulação dos ônibus e ao tempo gasto neles. Já os moradores de maior poder aquisitivo realizam deslocamentos menores, pois “é tudo perto de casa” e os estabelecimentos se situam “aqui na região mesmo”.

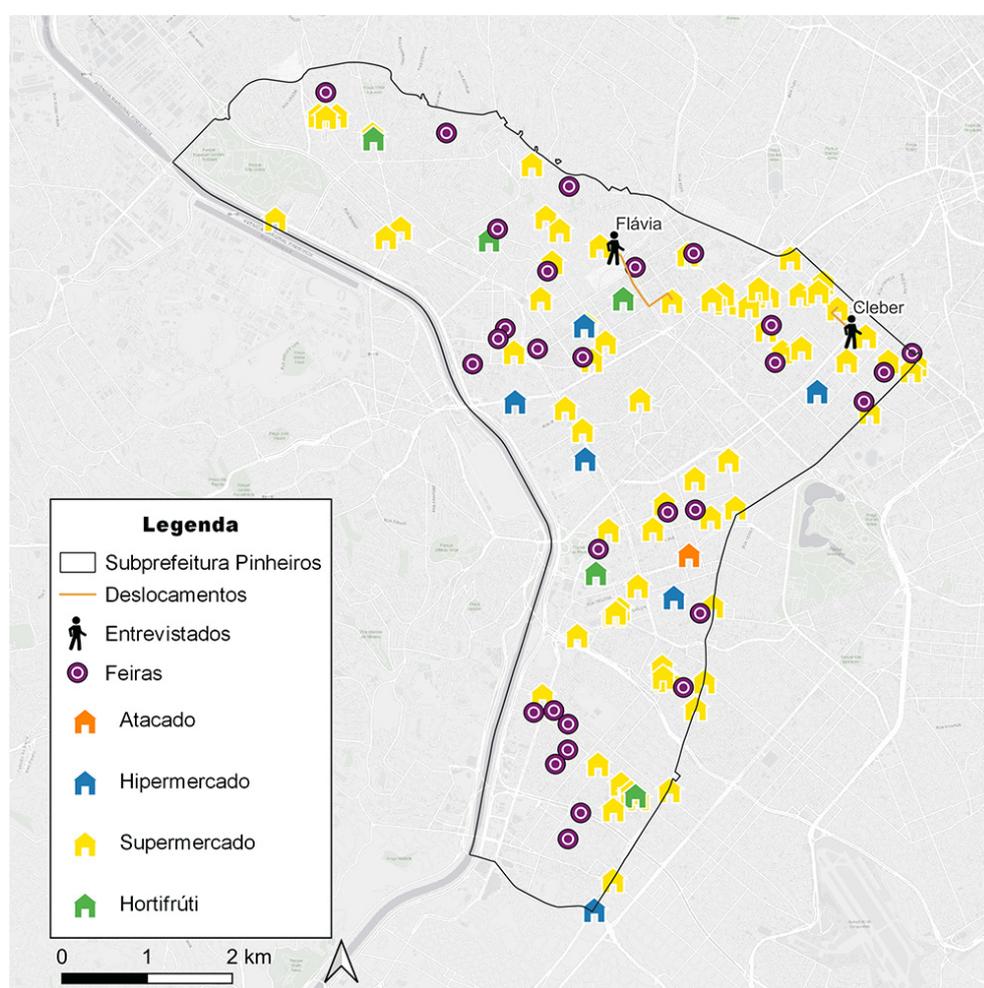


Figura 1. Localização dos pontos de venda do varejo alimentar, das feiras livres e dos cidadãos e seus deslocamentos para consumo<sup>23</sup> em Pinheiros

Fonte: Bnex (pontos de venda); Prefeitura de São Paulo, 2023b (feiras livres); entrevistas com cidadãos.

23. Tanto na Figura 1 quanto na Figura 2, optamos por destacar os deslocamentos dos cidadãos para o consumo alimentar domiciliar até o ponto de venda de primeira escolha (maior preferência) e que foram primeiramente citados (lembrados como de maior frequência no dia a dia).

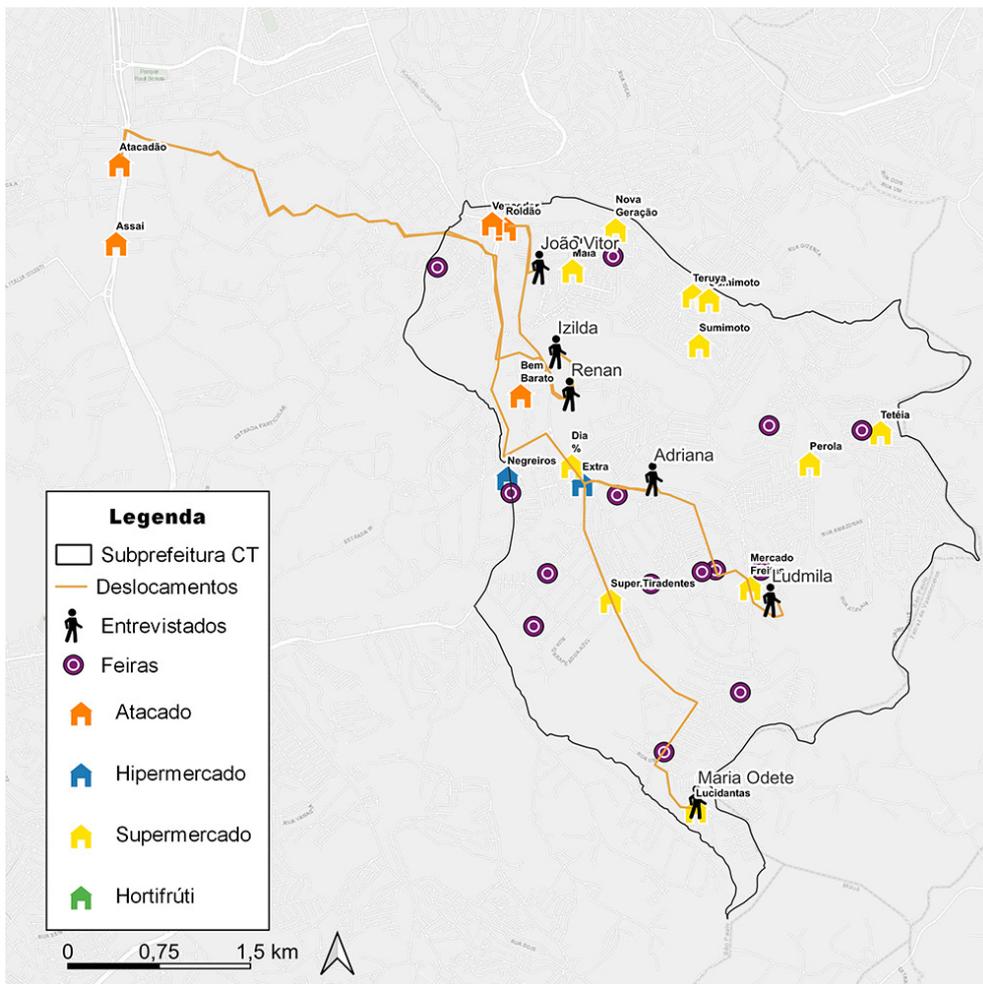


Figura 2. Localização dos pontos de venda do varejo alimentar, das feiras livres, dos citadinos e seus deslocamentos para consumo em Cidade Tiradentes

Fonte: Bnex (pontos de venda); Prefeitura de São Paulo, 2023b (feiras livres); entrevistas com citadinos.<sup>24</sup>

Analisando as práticas espaciais no que diz respeito ao consumo alimentar dos habitantes de cada uma das áreas, constatamos o seguinte:

I. Embora as áreas periféricas apresentem maior densidade populacional e tal peso demográfico seja relevante na escolha de local para a instalação de um ponto de venda de produtos alimentícios, os

24. A localização dos entrevistados que vivem nas ocupações Benfica e Padre Cícero é aproximada, situada na Avenida Souza Ramos, onde ocorreram as entrevistas. A localização dos entrevistados que vivem em conjuntos da Cohab foi identificada pela aproximação ao endereço de algum comércio ou equipamento público descrito nas entrevistas. Tanto na Figura 1 quanto na Figura 2, os desenhos viários são referentes à rota indicada pelo Google Maps, não representando necessariamente os percursos realizados pelos entrevistados.

supermercados de grande porte se estabelecem nas bordas e no entorno da periferia, visto que outro fator importante, o baixo poder de compra da população, reduz a atratividade e a diversificação desses estabelecimentos.

II. Os sujeitos periféricos optam por comprar em supermercados maiores, com destaque para atacarejos, devido aos preços mais competitivos, impactando o custo das compras mensais e principalmente o custo total da compra de abastecimento domiciliar (as chamadas “compras do mês”).

III. Os sujeitos periféricos encontram maior dificuldade no acesso a mercados de grande porte para realizar suas compras cotidianas, demandando mais tempo e percorrendo maiores distâncias, pois o deslocamento é realizado a pé, de ônibus ou via aplicativos de transporte de passageiros.

IV. Sujeitos periféricos e não periféricos, desde que tenham renda familiar mais elevada, têm práticas de consumo alimentar mais diversificadas quanto aos tipos de supermercado, açougues e padarias, além de relatarem frequentar feiras livres.

V. Com relação à distribuição dos estabelecimentos, a periferia apresentou menor número de supermercados e de feiras livres, ao passo que em Pinheiros há ampla diversidade, com destaque para a presença de redes *premium* do setor alimentício, inexistentes em Cidade Tiradentes.

Diante do exposto, não tratamos de fazer uma delimitação espacial de desertos alimentares, tampouco de detalharmos aspectos nutricionais da alimentação dos cidadãos, mas sobretudo de como as fraturas do espaço urbano aprofundam diferenças e desigualdades de consumo alimentar e, por conseguinte, de insegurança alimentar.

#### Considerações finais

Os elementos levantados apontam a necessidade de políticas públicas que promovam oportunidades para que o sujeito periférico possa migrar de um modelo no qual sobrevive de forma subjugada pelas restrições de renda, limitações de locomoção e comportamentos de consumo de produtos alimentícios processados e ultraprocessados para um modelo favorável ao consumo de alimentação saudável a preço justo.

Os aspectos restritivos do consumo alimentar nas periferias são indicadores da condição urbana periférica à qual a população de Cidade Tiradentes está submetida, evidenciando os contrastes com relação às oportunidades e às formas de consumo alimentar constatadas em Pinheiros. Quando analisadas e comparadas as práticas de consumo nos dois territórios, percebemos indicativos de que há o reforço da diferenciação alimentar no espaço metropolitano.

Nesse sentido, características de desertos alimentares podem estar sendo reforçadas nas periferias, mesmo que, contraditoriamente, o número de lojas de grandes redes supermercadistas esteja se expandindo. Este último aspecto se articula com o processo de fragmentação socioespacial, no que tange às transformações no comportamento de grandes redes varejistas para a oferta de alimentos nas áreas periféricas e ao reforço da policentralidade.

O consumo alimentar, portanto, revela-se como um dos aspectos estruturantes da diferenciação socioespacial e da desigualdade na metrópole de São Paulo. Por meio da análise das narrativas dos cidadãos, constatamos que as suas práticas de consumo alimentar diferem quanto à facilidade de acesso aos locais de compras de alimentos e à diversidade de estabelecimentos e produtos (saudáveis) encontradas em cada uma das áreas da cidade analisadas no presente artigo.

Mesmo com a ampliação da rede supermercadista em Cidade Tiradentes nos últimos anos, não houve necessariamente aumento da oferta de alimentos saudáveis. O avanço da policentralidade e de grandes espaços privados e fechados de consumo nem sempre leva a uma maior qualidade e diversidade dos alimentos ofertados.

Há indicativos de que os fragmentos da metrópole podem apresentar potencial de crescimento do comércio e do consumo alimentar, mas isso não sinaliza equivalência dos tipos de bens ofertados e da diversidade de locais onde se pode realizar o consumo. Essa expansão tipológica do comércio e do consumo não resulta na superação da condição urbana periférica e tampouco requer que haja políticas sociais que permitam a melhoria dos indicadores socioeconômicos e transformações no comportamento de consumo na mesma velocidade em que se efetiva a divisão econômica do espaço periférico, embora possa se beneficiar dessas medidas.

Ainda resta indagar sobre o impacto de políticas públicas que visam à superação de diferenças e desigualdades no consumo alimentar em periferias metropolitanas. Na escala municipal, experiências exitosas dos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) em capitais como Belo Horizonte e Curitiba podem ajudar na elaboração de políticas públicas para atrelar a segurança alimentar às ações de descentralização e diversificação dos canais de distribuição de alimentos *in natura* em bairros periféricos.

Em última análise, persiste a necessidade de pesquisas que sigam estreitando a relação entre segurança alimentar e nutricional e direito à cidade no Brasil. Assim, torna-se fundamental ancorar a questão do Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA) na conjuntura urbana, a fim de debater o tema no contexto dos territórios mais empobrecidos. O desafio será a superação das contradições constituintes da lógica socioespacial fragmentária, marcada pela complexificação das práticas de consumo alimentar.

## Referências

- ALTIERI, M.; TOLEDO, V. M. The Agroecological Revolution in Latin America: Rescuing Nature, Ensuring Food Sovereignty and Food Empowering Peasants. *Journal of Peasant Studies*, v. 38, n. 3, p. 587-612, 2011.
- BATTERSBY, J. The Food Desert as a Concept and Policy Tool in African Cities: An Opportunity and a Risk. *Sustainability*, v. 11, n. 2, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su11020458>. Acesso em: 10 set. 2024.
- BEAULAC, J.; KRISTJANSSON, E.; CUMMINS, S. A Systematic Review of Food Deserts, 1966-2007. *Preventing Chronic Disease*, v. 6, n. 3, p. 1-10, 2009.
- BRENNER, N. Teses sobre a urbanização. In: BRENNER, N. *Espaços da urbanização: o urbano a partir da teoria crítica*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018. p. 261-310.
- BUENO, M. C. *Ambientes alimentares em um município agrícola: disponibilidade, escolhas alimentares e desafios*. 2020. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/210811>. Acesso em: 18 dez. 2024.
- CALDEIRA, T. P. R. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2000.
- CARNAÚBA, V. Deserto alimentar faz soar alarme no Brasil. *Entreteses*, n. 10, p. 22-32, 2018.
- CASTRO, J. *Geografia da fome (o dilema brasileiro: pão ou aço)*. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1946.
- CDC. Centers for Disease Control and Prevention. Census Tract Level State Maps of the Modified Retail Food Environment Index (mRFEI). 2011. Disponível em: <https://stacks.cdc.gov/view/cdc/151050>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- DURAN, A. C. F. L. *Ambiente alimentar urbano em São Paulo, Brasil: avaliação, desigualdades e associação com consumo alimentar*. 2013. Tese (Doutorado em Nutrição em Saúde Pública) – Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6138/tde-02102013-164136/pt-br.php>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- FAO. Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (Food and Agriculture Organization of the United Nations). *Hunger and Food Insecurity*. 2024. Disponível em: <https://www.fao.org/hunger/en>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- GOMES, V. B. O ramo supermercadista brasileiro no período recente. In: MIYAZAKI, V. K.; GOMES, V. B.; SPOSITO, M. E. B.; SOUZA, G. M. *As lógicas econômicas e espaciais do ramo supermercadista*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 53-138.
- GONZÁLEZ-ALEJO, A. L.; FREJOMIL, E. P.; ROSALES-TAPIA, A. R. Spatial Patterns of Access to Retail Food Outlets in Mexico City. *Finisterra*, v. 54, n. 111, p. 133-52, 2019.
- GORDON, C.; PURCIEL-HILL, M.; GHAI, N. R.; KAUFMAN, L.; GRAHAM, R.; VAN WYE, G. Measuring Food Deserts in New York City's Low-income Neighborhoods. *Health Place*, v. 17, n. 2, p. 696-700, 2011.

- HARVEY, D. *17 contradições e o fim do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HONÓRIO, O. S. *Desertos e pântanos alimentares em uma metrópole brasileira*. 2020. Dissertação (Mestrado em Nutrição e Saúde) – Departamento de Nutrição, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1843/34486>. Acesso em: 2 mar. 2024.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 1991*. Rio de Janeiro: IBGE, 1992. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/25089-censo-1991-6.html?edicao=25090>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101749.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *Atlas da Vulnerabilidade Social*. 2017. Disponível em: <https://ivs.ipea.gov.br/#/>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- JACOBI, P. Do centro à periferia – meio ambiente e cotidiano na cidade de São Paulo. *Ambiente & Sociedade*, a. III, n. 6/7, p. 145-62, 2000.
- JUSTINIANO, I. C. S.; MENEZES, M. C.; MENDES, L. L.; PESSOA, M. C. Retail Food Environment in a Brazilian Metropolis over the Course of a Decade: Evidence of Restricted Availability of Healthy Foods. *Public Health Nutrition*, v. 25, n. 9, p. 2584-92, 2022.
- KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- LEGROUX, J. A lógica urbana fragmentária: delimitar o conceito de fragmentação socioespacial. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 22, n. 81, p. 235-48, 2021.
- LIMA, M. S. *Desertos alimentares em Curitiba: espacialização do fenômeno na metrópole*. 2022. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/78853>. Acesso em: 23 abr. 2024.
- LUAN, H.; LAW, J.; QUICK, M. Identifying Food Deserts and Swamps Based on Relative Healthy Food Access: A Spatio-temporal Bayesian Approach. *International Journal of Health Geographics*, v. 14, n. 37, p. 1-11, 2015.
- MDS. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Executiva da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional. *Mapeamento dos Desertos Alimentares no Brasil*. 2018. Disponível em: [https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/noticias/arquivos/files/Estudo\\_tecnico\\_mapeamento\\_desertos\\_alimentares.pdf](https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/noticias/arquivos/files/Estudo_tecnico_mapeamento_desertos_alimentares.pdf). Acesso em: 2 abr. 2024.
- MIYAZAKI, V. K. O ramo supermercadista nas cidades médias. In: MIYAZAKI, V. K.; GOMES, V. B.; SPOSITO, M. E. B.; SOUZA, G. M. *As lógicas econômicas e espaciais do ramo supermercadista*. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022. p. 207-301.

- NAGIB, G. Fragmentação socioespacial na Região Metropolitana de São Paulo: uma introdução à análise das práticas cotidianas de mobilidade e consumo em Cidade Tiradentes (São Paulo) e Pimentas (Guarulhos). *Anais do XX Enanpur*, Belém, 2023, [s.p.]. Disponível em: <https://anpur.org.br/anais-xxenanpur/sesoes-tematicas-sts>. Acesso em: 13 abr. 2024.
- ONU. Organização das Nações Unidas. *World Urbanization Prospects: The 2018 Revision*. New York: ONU, 2019. Disponível em: <https://population.un.org/wup/Publications/Files/WUP2018-Report.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. *Human Development Report 2023/2024*. New York: ONU, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-do-desenvolvimento-humano-rdh-2023-2024>. Acesso em: 24 abr. 2024.
- POPKIN, B. M.; REARDON, T. Obesity and the Food System Transformation in Latin America. *Obesity Reviews*, v. 19, n. 8, p. 1028-64, 2018.
- PREFEITURA DE SÃO PAULO. Desenvolvimento humano e condições de vida. 2022. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento\\_urbano/dados\\_estatisticos/info\\_cidade/desenvolvimento\\_humano/index.php](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/licenciamento/desenvolvimento_urbano/dados_estatisticos/info_cidade/desenvolvimento_humano/index.php). Acesso em: 22 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Histórico. Cidade Tiradentes: o bairro que mais parece uma cidade. 2023a. Disponível em: [https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade\\_tiradentes/historico/index.php?p=94](https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/cidade_tiradentes/historico/index.php?p=94). Acesso em: 4 abr. 2024.
- \_\_\_\_\_. Feiras livres. Saiba onde encontrar a feira livre mais perto de você. 2023b. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/subprefeituras/abastecimento/noticias/index.php?p=294187>. Acesso em: 4 abr. 2024.
- PRÉVÔT-SCHAPIRA, M.-F. Fragmentación espacial y social: conceptos y realidades. *Perfiles Latinoamericanos*, Ciudad de México, v. 9, n. 19, p. 33-56, 2001.
- REDE PENSSAN. Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. A fome e a insegurança alimentar avançam em todo o Brasil. 2022. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br>. Acesso em: 2 abr. 2024.
- ROLNIK, R. *São Paulo*. São Paulo: Publifolha, 2014.
- RUIZ-ROSO, M. B.; PADILHA, P. C.; MANTILLA-ESCALANTE, D. C.; ULLOA, N.; BRUN, P.; ACEVEDO-CORREA, D.; PERES, W. A. F.; MARTORELL, M.; AIRES, M. T.; CARDOSO, L. O.; CARRASCO-MARÍN, F.; PATERNINA-SIERRA, K.; RODRIGUEZ-MEZA, J. E.; MONTERO, P. M.; BERNABÈ, G.; PAULETTO, A.; TACI, X.; VISIOLI, F.; DÁVALOS, A. Covid-19 Confinement and Changes of Adolescent's Dietary Trends in Italy, Spain, Chile, Colombia and Brazil. *Nutrients*, v. 12, n. 1807, p. 1-18, 2020.
- SANTOS, M. *Metrópole corporativa fragmentada: o caso de São Paulo*. São Paulo: Nobel, 1990.
- SPOSITO, M. E. B. Condição urbana periférica sob a lógica fragmentária. *Problèmes d'Amérique Latine*, Paris, n. 126, p. 81-106, 2023.
- SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B. Fragmentação socioespacial. *Mercator*, Fortaleza, v. 19, p. 1-13, 2020.

TORRES, H. G.; MARQUES, E. C. Reflexões sobre a hiperperiferia: novas e velhas faces da pobreza no entorno municipal. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, n. 4, 2001.

USDA. United States Department of Agriculture. *Access to Affordable and Nutritious Food: Measuring and Understanding Food Deserts and Their Consequences – Report to Congress*. Economic Research Service, 2009. Disponível em: <https://www.ers.usda.gov/publications/pub-details/?pubid=42729>. Acesso em: 24 abr. 2024.

### **Sara Rebello Tavares**

Geógrafa, pós-doutoranda (2023-2024) na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente (SP), processo n. 2023/09422-7 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

**Email:** sararebello@gmail.com

**ORCID:** 0000-0002-6967-3612

**Contribuição de autoria:** Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

### **Gustavo Nagib**

Geógrafo, pós-doutorando (2022-2024) na Universidade Estadual Paulista (Unesp), campus de Presidente Prudente (SP), processo n. 2022/08290-7 da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

**Email:** gustavo.nagib@unesp.br

**ORCID:** 0000-0002-4558-7218

**Contribuição de autoria:** Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

**Maciej John Wojciechowski**

Doutor em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e gerente de desenvolvimento territorial no Instituto Linha D'Água.

**Email:** john.matias@linhadagua.org.br

**ORCID:** 0000-0001-6384-7418

**Contribuição de autoria:** Conceituação; Curadoria de Dados; Análise Formal; Investigação/Pesquisa; Metodologia; Escrita – Primeira Redação; Escrita – Revisão e Edição.

**Submissão:** 30 de abril de 2024.

**Aprovação:** 14 de novembro de 2024.

**Editores da RBEUR:** Maria Encarnação Beltrão Sposito e Everaldo Santos Melazzo.

**Editores do Dossiê:** Matthew A. Richmond, Patrícia Maria de Jesus e Jean Legroux.

**Como citar:** TAVARES, S. R.; NAGIB, G.; WOJCIECHOWSKI, M. J. Consumo alimentar na periferia da metrópole em fragmentação: diferenças e desigualdades em São Paulo (SP). *Revista brasileira de estudos urbanos e regionais*. V. 27, E202506, 2025 DOI: <http://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202506>.

Artigo licenciado sob Licença Creative Commons CC BY 4.0.  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)